

UMA EPISTEMOLOGIA JAMAIS DESATUALIZADA DA PSICOLOGIA

FIGUEIREDO, Luís Claudio Mendonça; SANTI, Pedro Luiz Ribeiro de. **Psicologia: uma (nova) introdução**. 3. ed. 5. reimpr. São Paulo: EDUC, 2013. 104 p.

Fábio Luiz Nunes¹

¹ Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG); fabio.nunes.fln@cefetmg.br;
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0784-1921>

Recebido: 10/05/2025;
Publicado: 15/08/2025.

Luís Claudio M. Figueiredo, renomado psicólogo e pesquisador, é professor doutor na PUC-SP e livre-docente aposentado pela USP, destacando-se por uma numerosa produção acadêmica, que inclui mais de vinte livros como *A psicanálise: dos fundamentos ao futuro* (2023). Também é reconhecido pelo profundo domínio de autores como S. Freud, M. Klein, W. Bion e D. Winnicott, aplicando a psicanálise a temas como autismo infantil e a interface com o romantismo freudiano. Comprometido com o avanço da disciplina e a formação de novos profissionais, inclusive por meio de conteúdo *on-line*, Figueiredo é coautor, com o professor Pedro de Santi, da obra *Psicologia: uma (nova) introdução*. Esse livro fornece uma visão histórico-crítica da psicologia como ciência, abordando seus antecedentes socioculturais, os diversos projetos científicos (de Wundt a Freud), a prática profissional e sua complexa assimilação cultural, sendo que, em 2026, serão comemorados 35 anos do lançamento de sua primeira edição, originalmente publicada em 1991.

A psicologia como ciência independente, primeiro capítulo da obra, dedica-se a apresentar uma visão panorâmica e crítica da psicologia contemporânea, distanciando-se da abordagem comum que traça suas origens desde a filosofia grega. O texto mostra que a psicologia é uma invenção muito recente, tendo surgido os primeiros projetos para torná-la uma ciência independente apenas a partir da segunda metade do século XIX. Nesse período, também emergiu a figura do psicólogo e das instituições dedicadas a esse saber. O capítulo aponta a complexidade de firmar a psicologia como ciência, que exigia demonstrar que ela possuía um objeto próprio e métodos distintos dos temas já abordados

pela filosofia, pelas ciências físicas, biológicas e sociais, nas quais os assuntos psicológicos se encontravam dispersos. É mencionada a posição inicial de A. Comte, que via a psique como um objeto não observável e não encontrava lugar para uma psicologia independente entre a biologia e a sociologia. Reflete-se sobre a situação curiosa da psicologia atual, que reivindica sua autonomia (com institutos e conselhos profissionais), embora mantenha relações estreitas e indispensáveis com as ciências biológicas e sociais. O capítulo conclui que, apesar das dificuldades em definir seu território e da aparente contradição em sua pretensão de autonomia, a psicologia existe com suas particularidades e é fundamental compreender suas origens e implicações.

Em *Precondições socioculturais para o aparecimento da psicologia como ciência no século XIX*, aprofundam-se as bases históricas e sociais que sustentam o surgimento dessa nova ciência, distanciando-se da visão que a associa diretamente à filosofia antiga. Figueiredo e Santi (2013) postulam que o aparecimento da psicologia científica foi possibilitado por duas condições socioculturais fundamentais que se desenvolveram ao longo dos séculos. A primeira é a ascensão da experiência da subjetividade privatizada, que se refere à vivência de pensamentos, sentimentos e decisões íntimas e únicas, inacessíveis aos outros. Esta constitui-se uma experiência relativamente recente na história da humanidade, intensificada em períodos de crise social e perda de referências coletivas, e marcada pela valorização crescente do indivíduo desde o Renascimento, com o desenvolvimento de um “mundo interno” e a concepção do eu como centro do saber, algo visto em R. Descartes e F. Bacon.

A segunda precondição é a experiência da crise dessa mesma subjetividade privatizada, que se manifesta no século XIX pela suspeita de que a liberdade e a singularidade dos indivíduos seriam, em grande medida, ilusórias. Essa crise resulta do conflito direto entre as crenças liberais e românticas, e do crescente domínio dos mecanismos de controle social e individual, chamados de regime disciplinar. Além disso, citam-se as críticas filosóficas ao eu soberano, como as de K. Marx, C. Darwin e, notavelmente, F. Nietzsche. A perplexidade e a desconfiança ocasionadas por essa crise da experiência subjetiva privatizada, aliadas à necessidade das instituições sociais de prever e controlar o comportamento individual, condicionaram a emergência dos projetos de psicologia como ciência independente no final do século XIX.

O capítulo *A prática científica e a emergência da psicologia como ciência* explora como a busca pela objetividade na ciência moderna impulsionou o estudo da subjetividade. A necessidade de controlar fatores subjetivos e individuais, para garantir a

objetividade e a validade intersubjetiva dos achados, transformou o ser humano, antes pesquisador, em possível objeto de estudo científico. Daí eclodiria uma contradição: a ciência moderna pressupõe sujeitos livres, mas busca conhecer e dominar essa subjetividade. Muitos psicólogos, contudo, afastaram-se dessa meta, buscando, ao contrário, conhecer a subjetividade para dar voz, expandir e fortalecer o indivíduo, o que implicaria uma psicologia *sui generis*, com métodos e metas próprios. Por sua vez, *Os projetos de psicologia como ciência independente* identifica as tentativas de delimitar o campo psicológico. Wundt recebe destaque por conceber a psicologia como ciência intermediária da experiência imediata (experimental e social). Já E. Titchener focou na experiência dependente do organismo, utilizando o método da introspecção experimental. Enquanto isso, a psicologia funcional nos Estados Unidos da América investigou processos mentais como interações adaptativas. De sua parte, o comportamentalismo de Watson redefiniu a psicologia como ciência do comportamento observável, visando, segundo os autores, à previsão e ao controle. Citam-se abordagens como a *Gestalt* (experiência imediata estruturada), o behaviorismo radical de Skinner (que concebe o mundo privado como construção social), e as contribuições de Piaget e Freud (gênese do conhecimento e experiência para além das aparências), que atestam a complexidade de se definir o território psicológico.

Por fim, o capítulo intitulado *A psicologia como profissão e como cultura* recobre o processo de consolidação prática e de assimilação social da psicologia. Inicialmente, a profissão atendeu a demandas do *regime disciplinar* (educação, trabalho), mas a psicologia clínica tornou-se central, impulsionada pela crise da subjetividade privatizada. Como cultura, suas teorias popularizam-se, influenciando a autopercepção, mas essa assimilação frequentemente converte “psicologias” em uma visão subjetivista e individualista, paradoxalmente reforçando ilusões de liberdade, em vez de desvendá-las criticamente, como no hiperindividualismo da chamada “autoajuda”, que se opõe ao rigor científico de desiludir.

Apesar da inegável contribuição da obra, este resenhista sugere que a orientação psicanalítica dos autores se projeta discursivamente no texto, em especial na exposição de matrizes epistemológicas diversas, como o comportamentalismo, cuja apreensão pareceu eivada de certa superficialidade conceitual e axiológica. Não obstante, *Psicologia: uma (nova) introdução* permanece como uma referência atualizada e fundamental para a compreensão das bases filosóficas e teóricas da psicologia moderna.